

APRECIACÃO PÚBLICA

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
 Divisão de Apoio às Comissões
COFAP
 Nº Único _____
 Entrada/Entrada n.º 876 Data 4/7/2014

Diploma:

Proposta de lei n.º 236/XII (...ª) Projeto de lei n.º _____/XII (...ª) Proposta de alteração

Identificação do sujeito ou entidade (a)

Divisão Distrital de Coimbra - Sindicato
dos Professores de Regio Centro

Morada ou Sede:

Praca da Republica, 28-1º

Local Coimbra

Código Postal 3001-552

Endereço Electrónico coimbra@spne.pt

Contributo:

Fui anexa

Data Coimbra, 2 de julho de 2014

Assinatura [Assinatura]

(a) Comissão de trabalhadores, comissão coordenadora, associação sindical, ou associação de empregadores, etc.

Parecer do SPRC (Direcção Distrital de Coimbra) sobre a Proposta de Lei nº 236/XII

Os docentes aposentados, tal como a generalidade dos reformados e aposentados, têm visto os seus rendimentos constantemente reduzidos pelo congelamento das suas pensões desde 2009, pela aplicação da contribuição extraordinária de solidariedade sobre todas as pensões de valor superior a 1000 euros, pelo substancial agravamento da carga fiscal sobre as pensões em sede de IRS.

A esta situação há a acrescentar o aumento das comparticipações com a ADSE e da maior parte dos bens e serviços essenciais, incluindo saúde, habitação, energia e transportes. Tudo isto ainda agrava a proposta de lei apresentada pelo governo, tornando-a mais injusta e inaceitável.

Prevê-se, também, um agravamento do factor de sustentabilidade, a aplicar no cálculo das pensões, no sentido de reduzir o seu valor real. Por outro lado, a idade legal para a aposentação vai sendo progressivamente aumentada, correspondendo a uma outra forma de penalizar os trabalhadores.

A Contribuição de “Sustentabilidade”

A presente Proposta de Lei cria a **contribuição de sustentabilidade com o objectivo de** substituir a actual Contribuição Extraordinária de Solidariedade, dando **carácter permanente e definitivo** a uma medida que sempre foi apresentada como temporária e transitória, cuja aplicação se esgotaria com o prazo de vigência do memorando de entendimento celebrado entre o governo e a troika. Reforça-se o facto de a actual Contribuição Extraordinária de Solidariedade ter carácter temporário e excepcional e só não terá sido declarada inconstitucional pelo Tribunal Constitucional em razão destas suas características.

A *Contribuição de Sustentabilidade*, agora proposta, é classificada como medida permanente com o alegado objectivo de assegurar a sustentabilidade dos sistemas públicos de segurança social, incidindo sobre todas as pensões pagas por estes sistemas, independentemente do fundamento da sua atribuição e do seu valor.

Esta medida, a ser aprovada, provocaria a redução permanente do valor de todas as pensões já atribuídas e em pagamento, no momento da entrada em vigor da lei, bem como de todas as que vierem a ser atribuídas no futuro.

De recordar ainda que uma percentagem substancial das pensões já atribuídas e em pagamento, bem como todas as pensões a atribuir no futuro, sobre as quais incidiria esta nova contribuição, têm já o seu valor reduzido pela aplicação do *factor de sustentabilidade* criado em 2007, cujo valor foi este ano substancialmente agravado pelas alterações operadas no regime de cálculo das pensões e que passou a determinar, também, o progressivo aumento da idade de acesso à pensão de velhice e de aposentação.

Esta proposta de lei impõe, assim, uma **dupla contribuição de “sustentabilidade”**.

Cálculo da Contribuição de Sustentabilidade

- a) 2% sobre a totalidade das pensões de valor mensal até € 2.000;
- b) 2% sobre o valor de € 2000 e 5,5% sobre o remanescente das pensões de valor mensal até € 3.500;
- c) 3,5% sobre a totalidade das pensões de valor mensal superior a € 3.500.

As taxas fixadas – entre 2% e 3,5% - são ligeiramente mais baixas do que as aplicadas actualmente a título da CES, mas isso não pode ser considerado uma vantagem. Não se pode comparar uma contribuição de carácter extraordinário com uma que onera a **título definitivo e exclusivo** um grupo social determinado – os pensionistas, reformados e aposentados, que beneficiam de pensões pagas por sistemas públicos de protecção social.

A Proposta de Lei determina que nos casos em que da aplicação da contribuição resulte uma pensão mensal total ilíquida inferior a € 1000, o valor da pensão é completado pela atribuição de uma compensação a cargo da segurança social ou da CGA, ou de um complemento social quando se tratar de pensões mínimas do regime geral de segurança social.

Este esquema de atribuição de uma compensação não se entende. Se uma pensão tem um valor inferior a € 1000, para quê aplicar a contribuição e depois devolver o valor a título de compensação? Parece uma operação desnecessária... excepto, se a intenção subjacente for outra, como, por exemplo, não isentar totalmente estas pensões da contribuição, ou retirar a uma parte da pensão o seu carácter de prestação integrada no sistema contributivo.

Actualização das pensões

Além de enumerar os vários indicadores que serão tidos em conta nas regras de actualização anual das pensões, a proposta determina que não haja lugar a reduções nominais no valor das pensões, prevendo-se a manutenção do seu valor nos anos em que, da aplicação dos critérios legais, resulte uma actualização negativa.

Determina também que a compensação do montante não deduzido seja feita, por dedução do efeito negativo acumulado em anos anteriores, nos anos em que se verifique a actualização positiva do valor das pensões.

Da aplicação deste mecanismo poderá resultar que não haja actualizações durante vários anos.

Aumento da TSU

Outra das medidas incluídas nesta Proposta de Lei, alegadamente destinada a contribuir para a garantia da sustentabilidade dos sistemas públicos de pensões, é o aumento da Taxa Social Única que passa dos atuais 11% para 11,2%. Independentemente da sua dimensão, é um aumento injusto. Onera apenas os trabalhadores deixando inalterada a parte da responsabilidade das entidades patronais.

Aumento do IVA

Ao preconizar o aumento do IVA, com o proclamado intuito de aumentar as receitas para o sistema de protecção social, o governo mais não faz do que culpabilizar os aposentados pelo aumento do custo de vida. Ou então, se não é essa a intenção, o governo entrou já numa fase de visível desorientação e os quadros legais começam a servir para incluir tudo, mesmo que sejam matérias estranhas umas às outras, convergindo apenas num objetivo: empobrecer quem vive do rendimento do seu trabalho ou das suas pensões, insaciável no saque que lhes vem dirigindo. É inaceitável e ilegítima esta forma de governar.

Conclusão

Esta proposta de lei é pois, no nosso entender, uma proposta que não contribui para uma redistribuição mais equitativa dos encargos do sistema, não proporciona uma reforma abrangente dos sistemas

públicos de pensões e que vai contribuir para agravar a situação, já insustentável, de muitos reformados e pensionistas.

Mais, esta proposta de lei contém um conjunto de medidas que aponta claramente para o prosseguimento das políticas de austeridade, com o contínuo esmagamento dos rendimentos das pessoas e das famílias, escudando-se na alegada pretensão de assegurar a sustentabilidade dos sistemas públicos de segurança social, através da redução de direitos dos trabalhadores e dos pensionistas. O que, na verdade, também acontece é que, com o prosseguimento desta política, o governo está a abrir espaço para a privatização da Segurança Social, um objectivo que não está explícito nas medidas que têm vindo a ser tomadas, mas que decorre, também, do texto de guião sobre a reforma do estado que foi apresentado pelo Senhor vice Primeiro-ministro.

Pelo acima exposto, o SPRC reafirma que a presente Proposta de Lei é inaceitável e injusta, apelando aos grupos parlamentares que rejeitem a sua aprovação, impedindo os evidentes malefícios que ela prepara e que atingiriam, mais uma vez, largas camadas da população, incluindo os trabalhadores que representamos: professores, educadores e investigadores.